

O papel da universidade na formação/de-formação docente¹

Arnaldo Nogaro²

Para falarmos do papel da universidade na formação de professores é um tanto conveniente que pontuemos, em primeiro plano, algumas questões importantes a respeito dela. É bom sabermos como ela surgiu e com que finalidade, para posteriormente, podermos estabelecer paralelos com seu desafio contemporâneo de formar docentes.

A origem da universidade

A universidade, originariamente, nasceu retomando as experiências das “academias” platônicas da Grécia clássica, quando começou a haver uma transição do pensamento mítico para a racionalidade. Ela teria surgido em um período de transição e teria se caracterizado pela capacidade de dar vazão a diferentes interesses em disputa naquele momento. Para Buarque (1994), redescobrimos nos conventos, por obra de judeus e muçulmanos, o conhecimento da filosofia clássica dos gregos, a universidade foi instrumento da criação do novo saber que serviria ao novo mundo, que surgiu entre o fim do feudalismo dogmático e a consolidação do liberalismo capitalista.

Mas foi no século XI que Carlos Magno convidou o erudito Alcuim da Inglaterra para organizar escolas em seu reino, nascendo aí o embrião das universidades de hoje. Aos *studia generalia* foram se somando outros esforços, para finalmente se chegar aos *universitas*.

Embora *universitas* fosse uma expressão usada para qualquer associação legal, em poucas décadas ela adquiriu o significado do que até hoje chamamos “universidade”: uma associação de alunos e professores visando fazer avançar o conhecimento. (BUARQUE, 1994, p. 20).

A essa forma de organização, com caráter associativo e que visava desenvolver espírito de estudo, foi sendo agregadas novas possibilidades, entre, as quais, o desejo de assegurar liberdade às atividades que praticavam e a necessidade de um fórum particular para debates.

Buarque (1994) define bem o que a universidade representou para cada período da humanidade. Para ele, na origem da universidade estava a transição de humanidade de uma

¹ Texto publicado nas Anais do IV Simpósio Nacional da Educação. Frederico Westphalen: URI, 2004.

² Doutor em Educação – UFRGS. Professor da URI – Campus de Erechim.

etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da idade Média para a Renascença. Enfim, a universidade é filha da transição e elemento dos novos tempos e de novo paradigma.

As transformações no mundo moderno e a academia

É claro que não somos ingênuos de pensar que a universidade foi responsável por todos os movimentos de pensamento e pelas descobertas ocorridas no campo da ciência. Houve uma “revolução” na ciência e no conhecimento além de seus muros, a prova é que muitas das grandes invenções aconteceram em ambientes externos a ela. Muitos sábios, criadores nas artes, letras e na ciência foram de fora da universidade. Mas mesmo diante destes fatos temos que reconhecer a importância da universidade como centro de produção de cultura, de ciência e de avanço tecnológico.

O ano 2000 mostra que, graças em grande parte à universidade, o conhecimento científico e o poder tecnológico avançaram em proporções inimagináveis poucas décadas atrás. Mas mostra, também, que o mundo afastou-se, em proporções inimagináveis há poucas décadas, da utopia que fora desenhado. (BUARQUE, 1994, p. 29).

Com o avanço da sociedade moderna, a universidade foi se redesenhando para poder acompanhar os novos tempos. Ela passa a procurar ajustar seu trabalho às novas exigências da mudança e procura renovar-se diante dos novos objetivos civilizatórios.

As estruturas das instituições foram se modificando em diferentes perspectivas para responderem aos apelos e responsabilidades sociais. Esta mudança hoje, não é novidade para a universidade em sua posição de vanguarda do conhecimento e em seu sentido social.

Nem sempre percebida, talvez tenha sido esta a mais profunda das transformações que viveu o século XX, pois além de se estender a praticamente todos os países do mundo, também atingiu todos os grupos sociais que tinham alguma representatividade. Gerou novos comportamentos, afetando as próprias acepções sociais e de mundo. (ROSSATO, 2002, p. 12).

Para Zabalda (2003), estamos incorporando, em ritmo de marcha forçada, mudanças na estrutura, nos conteúdos e nas dinâmicas de funcionamento das instituições universitárias com o objetivo de colocá-las em condições de enfrentar os novos desafios que as forças sociais lhes obrigam a assumir.

Os novos compromissos

Na última década, e a nós nos interessa sobremaneira o caso do Brasil, vivenciamos e vamos continuar a viver³ uma verdadeira “revolução” do ensino superior. O mundo universitário consolidou-se como um foco de dinâmicas que se entrecruzaram e entrecruzam e que estão provocando um debate intenso da sociedade a seu respeito. A imagem habitual a respeito da universidade, como um *locus* onde se ministra o “alto ensino”, vai cedendo lugar para outras concepções e formas de pensamento a seu respeito, o que a teria levado a perder uma relativa sintonia com mecanismos sociais de geração do conhecimento.

Esta perda de sintonia seria evidenciada pela sua perda de eficiência epistemológica no avanço do conhecimento, pela sua perda de abrangência na comunicação de massas na disseminação do conhecimento, na diminuição da eficiência do diploma como instrumento de promoção social, na perda do papel de construtora de utopias para os excluídos e sua não-incorporação ao processo de globalização. (BUARQUE in LIVOTTO, 2003, p. 3).

Rossato (2002), analisa estas mudanças e afirma que transformaram profundamente o panorama do ensino superior no mundo, atingindo tanto as estruturas quanto os processos interno das próprias universidades. Em termos de instituições universitárias, observamos inicialmente, um crescimento sem precedentes, mas também gerou-se uma multiplicidade de modelos, com muitos tipos de instituições de ensino.

Com isso não estamos afirmando que perdemos, enquanto sociedade, a crença na universidade e o bom conceito a seu respeito como instituição forte e com capacidade de influência no desenvolvimento social, cultural e científico dos povos. O que não podemos negar é que ela não é unicamente uma instituição que “dá títulos” e o lugar privilegiado dos acadêmicos, mas abre-se aos poucos para ser um espaço mais plural em que nele refletem anseios de diferentes instâncias sociais.

De um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico. De lugar reservado a uns poucos privilegiados, tornou-se um lugar destinado ao maior número possível de cidadãos. (ZABALDA, 2003, p. 25).

³ Estamos acompanhando em nosso país as discussões e os debates a respeito da reforma universitária, que, diga-se de passagem, até agora não temos muitos subsídios concretos para analisarmos as reais intenções da mesma.

Poderíamos dizer que a universidade foi vivendo uma metamorfose, modificando seu jeito de ser e de viver, incorporando as mudanças do cenário global em que está inserida. O que acabou acontecendo em cada instituição esteve muito relacionado ao contexto econômico, político e social de suas redondezas e ao maior ou menor grau de “abertura” e envolvimento com estas mudanças. Se estas são um bem ou não para ela enquanto “lugar dos sábios”, não seremos nós que vamos julgar, há muito para discutirmos sobre isso. Independente de opinião,

[...] o certo é que a universidade faz parte substancial das dinâmicas sociais e está submetida aos mesmos processos e às mesmas incertezas do âmbito político, econômico ou cultural que afetam qualquer uma das outras realidades e instituições sociais com as quais convive[...] (ZABALDA, 2003, p. 25).

Do ponto de vista mais clássico poderíamos definir, seguindo Zabalda (2003), quatro grandes objetivos ou compromissos da universidade:

- a) criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura;
- b) preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos ou para a criação artística;
- c) apoio científico e técnico para o desenvolvimento cultural, social e econômico, tanto nacional como das comunidades autônomas;
- d) difusão da cultura universitária.

Dentre os sentidos possíveis ao trabalho da universidade está o formativo. O que queremos dizer, quando afirmamos que a principal função da universidade é a formação? Ela tem a grande tarefa de formar. E aqui no sentido mais originário do termo, naquilo que a palavra representa de mais precioso na sua essência. Formar vem do latim, *formare*, cujo sentido é dar forma a algo; instruir, educar, aperfeiçoar. Promover ou facilitar a formatura a; destinar a estudos em instituições de ensino superior; tomar forma; desenvolver-se.

Formar /de-formar?

Ao pensarmos no “formar” nos vêm à mente formação. Formação, segundo o Dicionário Filosófico Abbagnano (1970), no sentido específico da palavra na filosofia e na pedagogia, em relação com o termo alemão correspondente (*bildung*), indica o processo de

educação ou de civilização, que se expressa nas duas significações de cultura; compreendida de um lado como educação, de outro lado como sistema de valores simbólicos.

Associadas aos conceitos “formar” e “formação” vêm informar e deformar. A universidade deve informar? Deve oportunizar a informação? Por sua vez, ela forma ou deforma os indivíduos? Para que haja formação é necessária a de-formação? É possível formação sem de-formação? Podemos dizer que alguém chega a formar-se sem sair da sua condição inicial, da qual poderíamos dizer que ainda não se encontra formado?

Ao analisarmos as possíveis sentidos do conceito “formação” encontramos a idéia de formar como modelar. Esta estaria relacionada ao sentido mais genérico ao “dar forma” aos indivíduos. Os indivíduos “formados” seriam o resultado de um processo a que foram submetidos tendo como parâmetro um perfil profissional, uma atividade. O que marcaria sua identidade seria um fator de ordem externa, muito próxima da inculcação de um modelo de comportamento. Os formados seriam os de-formados, ou seja, aqueles que não assimilaram, nem re-construíram novos conceitos, mas reproduzem da forma como os receberam. Resultariam de um processo de em-formação em que adaptar-se-iam a um padrão, a uma forma. Daí um sentido muito oportuno de deformar do latim, *deformare*, significando desfigurar; tornar deforme; deturpar. Esta estaria muito próxima de uma associação com a idéia de formar como conformar, no sentido de uma determinação de formas de ser e de agir que sejam aceitas pelo indivíduo não levando em consideração seus interesses e desejos, mas aqueles propostos visando adaptar e harmonizar a conduta e ser adotada ao considerar-se formado (renúncia à autonomia, à capacidade de crítica, etc).

Porém, vemos um outro sentido para de-formar, vinculado a uma possibilidade mais positiva como alterar a forma de, modificar-se. Esta abriria possibilidade para o surgimento do novo, pois instala-se como uma metamorfose na qual a transformação é processual, gradativa, permanente. Como construir novas concepções, novos conceitos sem superar ou ultrapassar os antigos? Esta não veria o indivíduo em etapas: formação inicial e continuada, mas o sujeito em formação. Isto é, enquanto humano, seria da sua condição a dinâmica do formar-se, do construir-se, do fazer-se. É a idéia do ser em processo.

Mas, o que tem a ver a escola, a universidade como este formar-se/de-formar-se? Para que seriam necessários ao homem estes espaços? Qual o sentido e a finalidade do que lá se ensina? Qual a relação entre o ser-em-construção e estas instituições?

Que espaço é este denominado universidade? Qual a sua finalidade? Para que surgiu? O que faz que a mantém viva há vários séculos? Ao nosso ver, a universidade pode ser identificada como um lugar que produz diferentes situações, pois os sujeitos que a ela acorrem não possuem os mesmos objetivos; uns aplicam-se ao máximo para conquistar conhecimentos e dominar os saberes necessários ao desenvolvimento pessoal e profissional, já outros não querem empenhar muito esforço na sua empreitada se contentando com aspectos, que ao nosso ver, podem ser considerados secundários ao fazer da academia, mas que lá existem.

O elemento fundamental da universidade ou missão primeira deste espaço é oportunizar, dar as condições para que aconteça a formação. Quanto mais exigentes e complexas forem as tarefas que os profissionais forem executar, maior e mais exigente terá que ser a formação recebida. E maior ainda será o desafio formativo da universidade, pois a ela acorrem diferentes segmentos sociais com diferentes níveis de conhecimento e cultura. Como oportunizar uma formação que consiga ultrapassar estes desafios e capacitar os sujeitos, para que respondam adequadamente aos desafios da vida grupal e profissional? “Enfim, a problemática da formação transformou-se em algo constante e fundamental na definição de nossas vidas e no projeto da dinâmica social e profissional de nosso meio.”(ZABALDA, 2003, p. 37).

Há sentido ainda falarmos em formação? Nossa insistência nesta tese não passaria de uma utopia idealista diante das necessidades pragmáticas da sociedade do mercado? Acreditamos que precisamos nos manter firmes diante da avalanche de cobranças e exigências vindas de todas as frentes em direção à formação. Ela merece todas as atenções para que seu sentido não se perca e acabe se diluindo em proposições vazias. Temos que resgatar seu sentido “pedagógico” (*bildung*), por vezes tão criticado por aqueles que desfecham sobre nós discursos impregnados de prolixidades, onde a “formação” não passa de um elenco de informações, que mais deformam do que formam, até mesmo porque o termo “formação” acaba, nesta concepção, por estar muito mais vinculado a um saber fazer profissional do que uma sólida formação profissional. “Poderia se dizer que, em sua

acepção mais habitual, ela remete a um processo de preparação, às vezes genérica, às vezes especializada, com a intenção de capacitar os indivíduos para a realização de certas atividades.” (ZABALDA, 2003, p. 38).

Se tomarmos o sentido mais preciso de formação e em relação a ele compararmos o que se tem afirmado e dito como sinônimo de formação veremos que há um certo vazio de significado. Há muitos apelos, até publicitários referidos como ganhos de formação, como possibilidade de formação, mas que concretamente não se realizam. “A formação é definida, em muitos casos, mais pelo que se quer obter do que pelo efeito real que ela exercerá sobre as pessoas que se beneficiam dela.” (ZABALDA, 2003, p. 38). O que temos que perguntar é sobre as condições e a forma como deve se estruturar um programa de qualificação para que ele seja efetivamente formativo.

A formação adquire importância na medida em que esteja vinculada ao crescimento e ao aperfeiçoamento das pessoas, ou seja, “[...] os processos deliberados que visam influenciar, direta ou indiretamente, as pessoas no que tange ao processo de construir a si mesmas.” (ZABALDA, 2003, p. 39).

Em síntese, a ação dos elementos que compõem a vida acadêmica deveria garantir aos estudantes diferentes dimensões formativas, dentre as quais poderíamos destacar três: dinâmica geral do desenvolvimento pessoal; aprimoramento dos conhecimentos e capacidades dos indivíduos e referência ao mercado de trabalho. Em outras palavras, a universidade deve contribuir para o refinamento da sensibilidade humana e aumentar as possibilidades dos sujeitos de se construírem como seres em processo tanto no que diz respeito a si enquanto seres humanos, quanto ao seu fazer profissional.

A formação/de-formação de professores

No Brasil, com o surgimento das primeiras universidades, a formação de professores encontrou guarida nelas. O surgimento das faculdades, dos lugares específicos para o desenvolvimento de um saber voltado para a preparação dos professores, foi cada vez mais consolidado. As faculdades e universidades foram surgindo e em muitas delas, os primeiros cursos criados, foram aqueles diretamente envolvidos com a formação de professores. Até a metade da década de 90, formar professores foi sendo vista como uma

atividade natural e agregada à sua razão de ser. Com a aprovação da Lei 9394/96, tivemos a abertura legal ou a instituição legal, de diferentes espaços para a formação de professores.

Não pretendemos entrar no mérito ou legitimidade destes espaços para formar professores e nem nos delongarmos na análise do porquê estes espaços foram instituídos pela nova LDB. Interessa-nos perguntar e analisar se estes espaços oportunizaram ou fazem com que haja formação e não apenas certificação. Há uma série de razões que nos deixam em alerta sobre a “formação” oferecida nestes centros, institutos e faculdades que se dedicam a preparar os novos docentes. Características como o aligeiramento e poucas exigências do processo formativo como ausência de monografia no final do curso, poucas aulas presenciais, muitos trabalhos à distância, docentes que não se envolvem com pesquisa, etc., apregoadas como vantagens competitivas, permitem que coloquemos sob suspeita o caráter formativo destes cursos. E o fazemos tomando por base o que expusemos sobre formação e o que se espera de um sujeito formado.

As universidades, de modo geral, não têm medido esforços para que a pesquisa, o ensino e a extensão pudessem estar atrelados e assim fossem criadas as condições plurais e sólidas, do ponto de vista teórico-prático, para que o egresso pudesse intervir com qualidade pedagógica, política e epistemológica. Para se consolidar a tríade ensino-pesquisa-extensão, as universidades investiram na qualificação de seus recursos humanos, em infra-estrutura (acervo nas bibliotecas, salas de aula, etc), bem como foram aprimorando e qualificando seus projetos político-pedagógicos com seus debates internos. Isto tudo instaurou, como resultado, a legitimidade científica, social, política e pedagógica das universidades como espaço de formação de professores.

Seria a universidade o local mais adequado e mais preparado para formar professores? Temos a convicção que sim. Na nossa concepção, a universidade apresenta os quesitos necessários para de-formar/formar docentes. Defendemos esta posição, pois acreditamos que é preciso desconstruir conceitos e relações, perder a forma “originária” de como chegamos à universidade para agregar novas habilidades, novos saberes e novos conhecimentos. Esta seria uma condição elementar para que o novo chegue a ser construído a partir da desinstalação dos velhos conceitos.

Como oportunizar esta de-formação/formação? Instalando no espaço da academia a profundidade teórica, a rigorosidade metódica e pedagógica, desenvolvendo o espírito de

pesquisa, superando a dicotomia teori-prática, ensinando pela exemplaridade ética, aprimorando a sensibilidade humana e amorosa, ... Estes são alguns desafios e/ou tarefas que se colocam à universidade. Ela possui a capacidade de desenvolver, se não todos, mas muitos destes atributos. Isto porque a sua trajetória histórica comprova isso. E ela o fez sem se preocupar, em primeiro plano, com garimpar lucros econômicos ou outros louvores, mas com a formação como tarefa intrínseca à sua razão de ser. O que dizer das instituições que surgem com a intenção de “formar” professores, sem interesse social e preocupando-se exclusivamente com cifras econômicas? Que tipo de formação se poderia esperar? O resultado não pode ser outro a não ser a deformação do sujeito, num sentido antagônico à de-formação/formação que acreditamos que a universidade é capaz de provocar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

LIVOTTO, Paolo R. Seminário discute propostas para reforma universitária. In **Jornal da ADUFRGS**, n 121, 2ª quinzena de setembro de 2003.

ROSSATO, R. A universalização do ensino superior (1950-2000). In **Educação Brasileira**. Brasília: CRUB, vol. 24, n 48 e 49, jan. a dez, 2002, p. 11-34.

ZABALDA, M. **O ensino universitário**: seus cenários e seus protagonistas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.